



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO



1ª VARA FEDERAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Praça São Salvador, 62, 6º andar, Centro, Campos dos Goytacazes – RJ, CEP: 28010-2000
Tels: (22) 3054-3214 / 30543215

AUTOS FÍSICOS

MANDADO Nº: MEF.0201.001855-7/2013

02 DEZ. 2013

MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO



0 1 9 1 3 0 2 0 1 0 0 1 8 5 5 7 2 0 1 3

CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL

PROCESSO: 0000736-57.2011.4.02.5103 (2011.51.03.000736-3)

PARTE AUTORA: UNIÃO FEDERAL

PARTE RÉ: LISTEN CONSTRUÇOES E TERRAPLENAGEM LTDA

CPF/CNPJ: 00.468.281/0001-01

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 10725400434/2009-31

DESTINATÁRIO: LISTEN CONSTRUÇOES E TERRAPLENAGEM LTDA

ENDEREÇO: RUA BENTA PEREIRA, 257 AP 1102 - CENTRO - CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ, Brasil

VALOR DA DÍVIDA: R\$ 99.579,76 EM 26/11/2012

BENS A SEREM PENHORADOS: TANTOS QUANTOS BASTEM

O Dr. ANDRÉ LENAT, JUIZ FEDERAL DA 1ª VARA FEDERAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES – SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, POR NOMEAÇÃO, NA FORMA DA LEI E NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, MANDA:

- PENHORAR** bens do executado destinatário, para garantia total da execução;
- NOMEAR e INTIMAR** depositário para que bem desempenhe o encargo;
- AVALIAR** os bens constritos;
- INTIMAR** o executado destinatário, seu cônjuge e credores com garantia real a respeito da constrição, se for o caso, com ciência a respeito dos 30 dias para oposição de embargos;
- INTIMAR**, se for o caso, o órgão competente para registro do gravame (Registro de Imóveis, DETRAN, entidades do art.14, III, da Lei 6830/80 etc.).



Processo n.º: 0000736-57.2011.4.02.5103 (2011.51.03.000736-3)

(EXECUÇÃO FISCAL)

**CONCLUSÃO: 21/05/2013 17:36 - FLAVIO LUCAS DE QUEIROZ DIAS
DECISÃO**

A parte executada foi citada (fls. 31-34), no entanto não pagou a dívida e não apresentou bens à penhora.

O art. 185-A, caput, do Código Tributário Nacional, acrescentado pela Lei Complementar n° 118, de 9/2/2005, prescreve:

Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.

O dispositivo em comento não prevê, como pressuposto para deferimento, o requerimento do exequente, e estabelece, ainda, expressa preferência pelos meios eletrônicos de efetivação da indisponibilidade. Com efeito, atualmente não é viável impor a todas as unidades jurisdicionais do país a tarefa ingente de expedir milhares de ofícios em papel para cartórios de registro imobiliário, instituições financeiras e departamentos de trânsito, por exemplo. Não se trata apenas de expedir ofícios, mas também de receber as respectivas respostas, digitalizá-las e juntá-las aos autos da execução fiscal.

O Poder Judiciário não reúne condições administrativas para implementar a indisponibilidade de bens em sede de execução fiscal tributária senão por meio de comunicação eletrônica às entidades destinatárias.

Isso não significa que esteja peremptoriamente cerrada à Fazenda Pública a possibilidade de decretação da indisponibilidade de bens e de direitos do executado que careça de implementação por meios não eletrônicos. Referida medida poderá ser deferida pelo Juízo após análise pontual do requerimento, pautada por critérios como o valor da execução e a plausibilidade da existência de bens do executado; a decretação da indisponibilidade de bens por qualquer meio, entretanto, é absolutamente inviável como política institucional.

Nesses termos, considerando que, pelos sistemas Bacenjud e Renajud, respectivamente, a Justiça Federal tem acesso eletrônico às informações de valores aplicados em instituições financeiras e de veículos registrados no Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), a decretação da indisponibilidade dos bens do executado, em regra, será restrita a bens dessa natureza.

ANTE O EXPOSTO, decreto a indisponibilidade de veículos do executado por meio do sistema RENAJUD, bem como de valores, limitado ao débito exequendo, por meio do sistema BACENJUD.

Caso sejam localizados veículos, proceda-se à inclusão de restrição de

circulação do veículo. Após, expeça-se mandado de penhora e avaliação, intimando o executado para que apresente o bem constrito, possibilitando assim o cumprimento da diligência.

Havendo valores bloqueados, intime-se o executado da penhora realizada, bem como do prazo de 30 (trinta) dias para oposição de embargos, se for o caso.

Na hipótese de não terem sido encontrados bens, dê-se vista à parte exequente, para manifestação, pelo prazo de 20 (vinte) dias.

Campos dos Goytacazes/RJ, 26 de junho de 2013

(ASSINADO ELETRONICAMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006)
ANDRÉ LENART
Juiz Federal

O procedimento para cadastramento de partes e advogados para visualização de peças do processo está discriminado no endereço "www.jfrj.jus.br/cadastro-visualizar-processo".

EXPEDIDO por ordem do MM. Juiz Federal da 1ªVF, Dr. André Lenart, no Município de Campos dos Goytacazes, em 29/11/2013, por FLAVIO LUCAS DE QUEIROZ DIAS (TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)), conferido por ELI ALMEIDA BALONECKER, Diretor de Secretaria.

(assinado eletronicamente)
ELI ALMEIDA BALONECKER
DIRETOR DE SECRETARIA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

COORDENADORIA DE CONTROLE DE MANDADOS (CCOM)
UNIDADE DE CONTROLE DE MANDADOS (SEMCA)

AUTO DE PENHORA E DEPÓSITO,
na forma abaixo:

Aos 30 do mês de JUNHO do ano de 2014, em cumprimento ao r. mandado nº ME020100185572013, extraído dos autos do processo nº 2011.5103000736-3, para pagamento do débito de R\$99.579,76 em que figuram como partes União Federal em face de Listen Construções e Terraplenagem Ltda, me dirigi a Avenida Olavo Saldanha, 1214, e sendo aí, procedi à penhora de: unidade 01 do Condomínio Village dos Abriçós, com 101,14 metros quadrados, onde há uma casa duplex, com três quartos – sendo uma suíte – sala, dois banheiros sociais, lavabo, copa-cozinha americana, dispensa, área de serviço com churrasqueira, varanda, padrão de energia com medidores agrupados, duas vagas de estacionamento, situada na Av. Olavo Saldanha 1214/1222, matrícula R.4/11.114, Ficha 01R, da 8ª Circunscrição do Registro de Imóveis, que avalio em R\$ 200.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

[Assinatura]
Oficial de Justiça Avaliador

Realizada a apreensão dos bens relacionados e descritos, nomeei depositário(a) o(a) Senhor(a) CARLOS AUGUSTO SIQUEIRA portador(a) da Carteira de Identidade nº 5070309-9 IEP, CPF nº 959.436.537-68 o(a) qual declarou que reside na AV. BENTO RIBEIRA, 257, APT 1102, CENTRO, cientificando-o(a) a não abrir mão do depósito sem prévia e expressa determinação do MM. Juiz da 1ª Vara Federal de Campos dos Goytacazes. Nada mais havendo, lavrei o presente auto, que após lido e achado conforme vai devidamente assinado por mim e pelo(a) depositário(a).

[Assinatura]
Oficial de Justiça Avaliador

[Assinatura]
Depositário(a)

Dee bi
31.01.2014
[Assinatura]